



ISSN: 2358-0844
n. 18, v. 1
out.2022-dez.2022
p. 154-175

Reinvenção dos corpos trans interioranos: Tieta e o devir ativista no período pandêmico

(Reinvention of interior trans bodies: Tieta and the becoming activist in the period of the pandemic)

(Reinvención de los cuerpos trans del interior: Tieta y el devenir activista durante el periodo de pandemia)

Kueyla de Andrade Bitencourt¹
João Diógenes Ferreira dos Santos²

RESUMO: Este artigo propõe discutir sobre a potência criativa do processo de reinvenção dos corpos trans interioranos. Buscou-se problematizar o território interiorano, desde a perspectiva decolonial, com vistas a apresentar processos de singularização de corpos dissidentes que transitam e afirmam sua existência fronteiriça desde esses locais. Assim, será apresentada a experiência de Tieta, travesti que agenciou táticas insurgentes diante das condições de extrema vulnerabilidade a que estiveram expostas as pessoas trans em Vitória da Conquista, cidade do interior da Bahia, na pandemia de covid-19. Afirma-se que, os corpos trans interioranos, em sua potência disruptiva, tornam possível a composição de novas territorialidades e de práticas de liberdade ao se deslocarem das normatividades. Além disso, elaboram outras expressões criativas, novos vínculos afetivos e sexuais, saberes inéditos, e reinventam suas existências em torno de modos de vida comuns.

PALAVRAS-CHAVE: Territorialidades interioranas. Corpos trans. Pandemia de covid-19. Vitória da Conquista. Insurgência.

Abstract: This paper proposes to discuss the creative power of the reinvention process of trans bodies of the interior. We sought to discuss the interior territory, from a decolonial perspective, in order to present some processes of singularization of dissident bodies, territorialize and affirm their border existence from these territories. Thus, the experience of Tieta, a transvestite who managed insurgency tactics, will be presented, given the conditions of extreme vulnerability to which people trans were exposed in Vitória da Conquista, city in the interior of Bahia, during the period of the covid-19 pandemic. It is stated that, the trans bodies of the interior, in their disruptive potency, make possible the composition of new territorialities and practices of freedom, by moving away from regulations. In addition, they elaborate other creative expressions, new affective and sexual bonds, new knowledge and reinvent their existence around common ways of life.

Keywords: Interiors territorialities. Trans bodies. Covid-19 pandemic. Vitória da Conquista. Insurgency.

Resumen: Este artículo discute el potencial de la creatividad del proceso de reinvencción de los cuerpos trans del interior. Se problematizó el territorio del interior, desde una perspectiva de descolonización, resaltando procesos de singularización de cuerpos disidentes que transitan y afirman su existencia fronteriza desde esos territorios. Se presenta la experiencia de Tieta, travesti que utilizó estrategias insurgentes, frente a las condiciones de extrema vulnerabilidad a que están expuestas las personas trans en Vitória da Conquista, ciudad del interior de Bahia, durante el periodo de pandemia del Covid-19. Se concluye que, los cuerpos trans del interior, en su potencia disruptiva, hacen posible la composición de nuevos territorios y de prácticas de libertad, al crear procesos que rompen con la normatividad. Además de eso, elaboran otras expresiones creativas, nuevos vínculos afectivos y sexuales, saberes inéditos y reinventan sus existencias en medio de modos de vida comunes.

Palabras clave: Territorios del interior. Cuerpos trans. Pandemia del covid-19. Vitória da Conquista. Insurgencia.

¹ Doutora em Memória, Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Docente da Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: kueyla@yahoo.com.br

² Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana (UFS). Docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). E-mail: jdfsantos@uefs.br



Artigo licenciado sob forma de uma licença Creative Commons [Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). (CC BY-NC 4.0)

Recebido em 01/07/2022
Aceito em 25/08/2022

1 Introdução

Os debates sobre a presença de transexuais e travestis no contexto urbano foram silenciados por muito tempo, portanto, remetem à ilusão de que se referem a fenômenos inéditos. A ausência desses debates tem uma intrínseca ligação com os processos de interdição da experiência trans³ e tende a invisibilizar os insumos históricos, culturais e políticos das práticas discriminatórias e estigmatizantes direcionadas a essas pessoas. Além disso, esconde um projeto de sociedade construído por grupos que detêm a hegemonia política, econômica e religiosa e se empenham em forjar padrões coesos de sociabilidade herdados das tradições heterossexistas, patriarcais e conservadoras.

De acordo com Butler (2009), é necessário analisar as condições sociais sob as quais os sujeitos tornam-se inteligíveis e desejáveis, tanto para as políticas de Estado, quanto para a vida em sociedade. Para a autora, a precariedade é uma condição social a que são submetidos determinados corpos, segundo a localização dos sujeitos no campo do reconhecimento, e que os torna mais vulneráveis.

A idealização da cidade como espaço público ou democrático é contraposta, assim, pelas manifestações de hostilidades e violências direcionadas aos corpos trans à luz do dia. As trans que ousam transitar livremente em diversos espaços de sociabilidade em geral passam por situações constrangedoras, sobretudo nas vias públicas, ao enfrentarem contextos conservadores e intolerantes que agenciam a marginalização e a abjeção das sexualidades dissidentes. Desse modo, essas pessoas carregam inúmeros estigmas e seus corpos são vinculados às representações de pecado, imoralidade e depravação. A exclusão socioespacial, a invisibilização e os silenciamentos inscritos nesses corpos ocorre pelo fato de que o território, segundo Haesbaert (2004), tem seu foco centralizado na espacialidade das relações de poder, de modo que nem todos usufruem de igual maneira de determinados espaços.

Nesse sentido, vale destacar que, em sua nova roupagem, o modo de produção capitalista se apropria não somente da força econômica a fim de regular e modular sua expansão, mas, sobretudo, segundo Rolnik (2018), das forças vivas e imanentes de criação e cooperação, próprias do processo subjetivo. Entretanto, o capitalismo contemporâneo não se defronta apenas com subjetividades amorfas, assim, as performatividades de gênero e sexualidade dos corpos trans manifestam as múltiplas possibilidades de intersecção entre corpo, gênero, sexualidade e desejo.

³ No que se refere ao termo trans, ele será utilizado aqui como forma de englobar as mulheres transexuais e travestis, interlocutoras da pesquisa a partir da qual se desenvolveu este artigo, de acordo com a forma com que elas se autodeclararam. A opção pelo termo não desconsidera que se tratam de sujeitos híbridos, múltiplos e diversos. Sabe-se, no entanto, que existe uma problematização quanto o uso desse termo quando se constitui como estratégia para sintetizar a diversidade, sobretudo pelos movimentos sociais e ativismos, sob o argumento de que essa abreviação contribui para invisibilizar as diversas identidades.



Embaralham, desse modo, os significantes comumente encontrados no espaço público, gerido por binarismos e pela cisheteronorma, de tal forma que suas experiências tendem a ser interpretadas como ambíguas, paradoxais ou mesmo inclassificáveis.

É exatamente nos desdobramentos dessas interpretações que reside a força disruptiva dos corpos trans e seu potencial para compor territorialidades dissidentes, uma vez que a uniformização dos espaços é um projeto político de segregação do capitalismo colonial. Em vista disso, como afirma Gusmão (2022, p. 160), “pensar o espaço como performativo implica destacar as possibilidades de reconduzir seus significados para fora de economias dicotômicas e, portanto, reinserir o dissenso como atributo democrático da esfera pública”.

Desse modo, os corpos trans têm enunciado a viabilidade de territórios de produção de vida comum para os corpos vulnerabilizados e inconformes quanto ao gênero e à sexualidade, apontando para muitas outras alternativas de conexões afetivas e composição de territorialidades que possam tornar suas vidas passíveis de serem vividas. (BUTLER, 2017) Como consequência, estes corpos têm se lançado com euforia para alguns espaços públicos, certos de que a resistência também pode ser alegre. Portanto, os territórios não devem ser considerados apenas por suas espacialidades, mas como instâncias dinâmicas e interrelacionais, persuadidas reciprocamente pelas subjetividades constituintes, permeadas por diferentes dimensões e escalas.

No que se refere às interpelações a respeito da reinvenção dos corpos das transexuais e travestis, que aqui interessam, cabe destacar que estes habitam um território fronteiriço, o qual é constituído por agenciamentos sincrônicos de dimensões heterogêneas e dinâmicas. O corpo trans, portanto, é percebido como um objeto de conhecimento e ao mesmo tempo empírico, inerentemente atrelado a múltiplos territórios, produções discursivas, arranjos históricos, práticas culturais e a relações de força atuantes em determinado campo social, ultrapassando a esfera psicofísica e tornando-se um corpo social.

Com o intuito de desnaturalizar as narrativas sobre os corpos dissidentes quanto ao gênero e à sexualidade, este trabalho busca apontar algumas singularidades das experiências de reinvenção dos corpos trans interioranos no período da pandemia de Covid-19. Enfatizam-se aqui as experiências de mulheres transexuais e travestis que por inúmeros motivos decidiram se vincular à cidade de Vitória da Conquista (BA).

Vitória da Conquista é uma cidade de médio porte, localizada na região Sudoeste da Bahia, estado da região Nordeste do país. Esse território urbano configura-se como estratégico para o fluxo migratório, já que se trata de uma cidade localizada em um entroncamento rodoviário que liga a BR 116 (Rio-Bahia), que conecta o Nordeste à região Sul e Sudeste do país, a outras rodovias



estaduais da região. Além disso, nele convergem rodovias vicinais que permitem o trânsito para outras cidades menores.

Para as mulheres transexuais e travestis, Vitória da Conquista configura-se como uma cidade atraente, dentre outros fatores, por ser um território estratégico, tanto no que se refere à sua localização em um entroncamento, quanto ao intenso fluxo migratório, de modo que essas características remetem à possibilidade de esses corpos trans se locomoverem por diversos territórios, em busca da efetivação dos seus projetos de reinvenção de si.

A relevância desta pesquisa, desse modo, talvez esteja no questionamento quanto à possibilidade de criação de novas práticas coletivas de enfrentamento às engrenagens colonizadoras do capitalismo moderno cisheteronormativo em termos de territorialidades dissidentes, desde o corpo trans interiorano. Somado a isso, o foco na interiorização auxilia a pensar sobre os processos de colonialidade interna⁴ ao expor os regimes que sustentam determinada posição de privilégio dos que moram nas regiões centrais do país e a tentativa de apagamento das histórias e memórias das experiências dos contextos periféricos, que contribuem para soterrar processos de opressão e violência a que os corpos trans foram (e continuam sendo) submetidos.

Vale ressaltar que este artigo apresenta alguns resultados analíticos parciais concernentes à pesquisa de doutorado em curso, sobre a memória de reinvenção dos corpos trans interioranos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem em Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb).

O percurso teórico-metodológico desta pesquisa está filiado à perspectiva da diferença, que inspira rupturas epistemológicas com os pressupostos clássicos da ciência moderna e sugere novas concepções de conhecimento, de sujeito e de sociedade, a partir da desnaturalização de verdades, de problematizações das identidades e de críticas aos modelos e interesses hegemônicos.

A composição de um território de pesquisa ocorreu por meio de imersões no campo, com a intenção de compreender os territórios, as experiências e os modos de vida de mulheres transexuais e travestis que residiam em Vitória da Conquista. Para tanto, foram feitas visitas sucessivas, leituras de materiais já produzidos sobre esse grupo, produção de diário de campo e, além disso, foram estabelecidos contatos mais diretos com as interlocutoras, a partir da aproximação em seus espaços de sociabilidade, de conversas informais e a realização de oito entrevistas individuais.

Não obstante, a profusão de dados construídos na pesquisa do doutorado, neste artigo, especificamente, serão enfatizadas as experiências de apenas uma das interlocutoras, Tieta, que

4 De acordo com Haesbaert (2021), a colonialidade interna refere-se ao domínio e a exploração de certos grupos hegemônicos sobre outros, em consonância com as disputas internas de poder e as dinâmicas sociais intranacionais, considerando as escalas regional e local e não apenas a supranacional.



se autodeclara travesti, no tocante aos agenciamentos que protagonizou durante o período inicial da pandemia de Covid-19, para auxiliar as mulheres transexuais e travestis conquistenses que estavam em situação de extrema vulnerabilidade e pobreza. Presume-se que as ações insurgentes capitaneadas por Tieta não dizem respeito a um empreendimento individual e meritocrático, que a descola de seus pares. Ao contrário, referem-se a investimentos de singularização que formulam diversas corporalidades na construção de um território comum.

Na tentativa de dar visibilidade aos corpos trans no contexto interiorano, que por muito tempo foram invisibilizados, se pretende, então, compreender, neste estudo, de que modo eles se reinventam a partir de múltiplas territorialidades e evidenciam a sua potência criativa e sua existência fronteiriça. Para tanto, desde uma perspectiva decolonial, serão indicadas algumas especificidades e hierarquizações dos contextos regionais, a fim de desnaturalizar regimes de verdade que produzem opressão e exclusão. Em seguida, serão explicitadas algumas singularidades do território de Vitória da Conquista e os trânsitos dos corpos trans, incluindo as fronteiras de gênero e sexualidade, nesse contexto. Por fim, serão apresentadas algumas táticas de insurgência protagonizadas por Tieta, travesti-ativista, no enfrentamento das desigualdades socioeconômicas e da situação de extrema vulnerabilidade a que estiveram expostas as trans conquistenses no período da pandemia de covid-19.

2 Territorialidade interiorana e a constituição de saberes locais

Com vistas a contextualizar a experiência das mulheres transexuais e travestis interioranas, pretende-se elaborar uma reflexão mais localizada, que diz respeito a territórios que muitas trans abandonaram ao migrarem para centros urbanos maiores, capazes de possibilitar outros trânsitos e experiências culturais, de viverem sua sexualidade e identidade de gênero de modo diverso, de acessar outras tecnologias de reconstrução corporal, bem como de ressignificarem suas trajetórias.

O foco em contextos regionais e locais pode se tornar um importante marcador social da diferença, tendo em vista que, muitas vezes, esses contextos são estudados por meio de vetores políticos e econômicos, que deixam de lado outras perspectivas, como sexualidade e gênero. No entanto, destacar a política sexual e as relações de poder que permeiam os diferentes contextos é imprescindível para a compreensão das performances, narrativas e práticas sociais cotidianas que constroem os territórios e que, de modo semelhante, são constituídas por eles. Como destaca Pereira (2012, p. 389),

Não há como pensar esses corpos descontextualizados dos intrincados contextos que os produziram [...] descontextualizar esses corpos e almas seria proceder um tipo de violência epistemológica que atua retirando aquilo que é mais caro para os sujeitos



envolvidos, desprezando suas invenções e formas de agir.

À luz dessa discussão, serão evocadas as territorialidades trans interioranas, como multiplicidade temporal, política e cultural que, por meio da utilização inovadora dos espaços, compõem táticas de insurgência contra as forças hegemônicas que patologizam, assediam e criminalizam os corpos trans, bem como os invisibilizam e excluem do espaço público. Para tanto, será utilizada a noção de decolonialidade, que prevê o enfrentamento de epistemes, de códigos culturais e políticos das formas coloniais de dominação, assim como a desocultação dos processos de opressão e de invisibilidade de existências territoriais e corpóreas específicas.

Falar dos corpos trans no contexto interiorano, no entanto, não significa se referir à identidade de uma população circunscrita às fronteiras geográficas e jurídico-políticas de um território urbano. Trata-se, por outro lado, de considerar os diversos grupos sociais que compartilham e constroem dinâmicas territoriais pautadas em estruturas culturais e históricas, cuja temporalidade e espacialidades são singulares, porém complexas e fluidas e, portanto, incluem uma multiplicidade de estruturas de poder: políticas, religiosas, espaciais, econômicas, linguísticas, sexuais, de gênero, de saber, dentre outras.

São inúmeros os estudos que apontam que a população brasileira, desde tempos remotos, marginaliza e trata os corpos sexualmente dissidentes como abjeto. No entanto, mais recentemente, diversas pesquisas e ativismos políticos colocam à prova os regimes normativos de sexualidade e gênero e suas especificidades no contexto sociocultural e histórico da sociedade brasileira, enfatizando a própria colonialidade interna presente no país. (HAESBAERT, 2021) Nesse sentido, problematizam-se os novos arranjos coloniais desde os grandes centros urbanos e desde o sul/sudeste do Brasil, já que é notória a existência de uma disparidade entre esses contextos.

Para tanto, presume-se a necessidade de deslocar o sentido do que é considerado centro a fim de historicizar e contextualizar as classificações e categorizações responsáveis pela efetivação de determinados privilégios históricos. Nessa direção, a noção de centros urbanos denota a existência de relações assimétricas e das dinâmicas de privilégio, já que para acessar esse território é necessário aproximar-se de determinados códigos culturais, semânticos, técnicos e operacionais, que ratificam as normas sociais e simbólicas de gênero e sexualidade nos contextos institucionais de poder que operam na dominação de corpos e subjetividades.

O questionamento da noção de centro urbano e a exposição das territorialidades interioranas não significam reivindicar uma identidade trans-interiorana como mais um regime de verdade. Referem-se, no entanto, à convicção de que o gênero e a sexualidade podem oferecer



a possibilidade de problematização das relações de poder que marcam os territórios e regulam os espaços públicos. Trata-se de deslocar a centralidade do poder das ficções normativas produzidas por meio da colonialidade e compor novos territórios que tornem possível o acesso não só de novos saberes, como de novas composições afetivo-relacionais. (SILVA, 2018)

Diversos estudos são produzidos, no que se refere às experiências trans em contextos interioranos, sendo que, ao considerar as transexuais e travestis como um grupo social, é comum sua associação sociocultural aos contextos urbanos, já que, segundo Azevedo e Pereira (2020), a maioria das pesquisas realizadas ainda associa a “travestilidade ao urbano-cidade, subliminarmente invisibilizando possíveis performances identitárias das travestis em outras territorialidades e contextos, como as rurais e interioranos”. (AZEVEDO; PEREIRA, p. 12)

De acordo com Gontijo (2017), grande parte das pesquisas sobre a população sexo-gênero-divergente no Brasil, durante as décadas de 1980 e 1990, circunscreveu-se aos estudos sobre homens brancos, da região Sul ou Sudeste, e homossexuais. Somente algumas décadas depois começam a surgir trabalhos sobre a diversidade sexual e de gênero em populações rurais, interioranas e etnicamente diferenciadas, cujo estado da arte foi extensamente garimpado pelo autor.

Alguns estudos acessados sobre a experiência trans em territórios interioranos ressaltam em suas análises certas dificuldades encontradas pelas mulheres transexuais e travestis que vivem em territórios interioranos: a autoaceitação e aceitação familiar; a possibilidade de tornar visível a expressão corporal e de gênero; dificuldade de encontrar emprego; relações machistas e patriarcais prementes; interdição da vivência da sexualidade a partir da violência simbólica; relacionamentos afetivos efêmeros e clandestinos; severo aparato de vigilância e disciplinamento dos corpos; existência colocada em xeque pelo binarismo de gênero e falta de referenciais de identificação; busca incessante pela inteligibilidade social para se sentirem aceitas socialmente; estigma em relação à aids; moralismo religioso; e maior publicização da vida privada.

De modo complementar, outros estudos realizados sobre a experiência sexual e de gênero em diferentes contextos urbanos apontam relatos sobre a idealização da vivência nos grandes centros, em contraposição à vivência no interior ou na zona rural. Assim, pesquisas sobre esse tema (AZEVEDO; PEREIRA, 2020; FRANCO; SALVADOR, 2020; MAGNO; DOURADO; SILVA, 2018; MIGUEL, 2015; PELÚCIO, 2005) afirmam que, para as trans, quanto maior a cidade, maiores as multiplicidades das experiências, maior a naturalidade de sua presença e maior a possibilidade de anonimato.

Grande parte das trans participantes dessas pesquisas ressaltam as maiores oportunidades profissionais e afetivas que podem ter em função da hibridização, do fluxo migratório e da



concentração econômica nos contextos urbanos maiores. Ademais, muitas delas migram para as capitais a fim de terem acesso às tecnologias de modificação corporal, tais como hormônios, implante de próteses, injeção de silicone, acessórios e vestimentas, que muitas delas não conseguem acessar nas cidades interioranas. Diante disso, algumas afirmam estar no interior só de passagem, e que seu destino são as capitais ou até mesmo alguns países da Europa.

Esses estudos também apontam que é possível encontrar narrativas sobre algumas experiências dolorosas que as trans vivem nos grandes centros urbanos, por estarem mais expostas a situações de violência extremas: violência transfóbica; violências letais, sob a especificidade de homicídios considerados como ‘execuções’; violência e exploração por parte de cafetinas e cafetões; e a violência por parte do estado, como a violência policial e a falta de políticas públicas. Outra questão é que nas capitais elas se deparam com uma realidade muito mais competitiva, já que esse contexto agrega mulheres transexuais e travestis advindas de diversas partes do país, sobretudo nos espaços de prostituição que têm um sentido coercitivo para muitas, por este se apresentar, às vezes, como único território de sociabilidade e fonte de renda.

Em contraposição, a partir dos dados desta pesquisa, a vivência nos territórios interioranos, mesmo cheia de interdições e moralismos, pode configurar-se como um contexto menos violento, já que nem sempre a intolerância e o preconceito a que estão expostas em cidades de pequeno e médio porte desembocam em atos violentos explícitos, como ocorre com mais frequência nas grandes cidades brasileiras. Além disso, nesses contextos elas afirmam acessar mais facilmente alguns serviços e políticas públicas.

Vale destacar que os corpos trans interioranos também sofrem marginalização de outros do mesmo gênero, sobretudo os que buscam a todo custo um enquadramento nas engrenagens estéticas e políticas do poder contemporâneo, na medida em que se aproximam da idealização de um corpo performaticamente sedutor e hiperfeminilizado. Portanto, existe uma imagem de inadequação atribuída às trans à margem do eixo sul-sudeste e dos grandes centros urbanos brasileiros, cujos corpos são lidos como grosseiros, rudes, incivilizados, pouco atraentes, por supostamente não terem acesso às últimas tendências – técnicas e semióticas – para a construção de suas feminilidades.

É importante, sim, destacar essas diferenças culturais, sociais e políticas, não para reforçar a hierarquização regional, mas para que esse embate suscite reflexões profícuas que possam desconstruir algumas idealizações e normativas que vem funcionando há muito tempo de modo opressor. A emergência e a visibilidade de novos saberes são imprescindíveis para a construção colaborativa de territórios autônomos.



Defende-se, assim, que os corpos trans interioranos articulam a composição de outros espaços de troca, experiências, afetividades e saberes. Esses espaços, por sua vez, possibilitam a reapropriação – política, artística, ética – das forças coletivas de criação e cooperação e convocam o desejo de agir contra as investidas individualizantes e neocoloniais que assediam esses corpos no presente.

Sabe-se que a territorialidade interiorana comporta características urbanas e sociabilidades de cidades de diferentes portes e, a partir dessa noção, este trabalho se refere às formas como os corpos trans se apropriam e ressignificam o território interiorano de uma cidade de médio porte. Haesbaert (2021) traz a importância da análise escalar no estudo dos territórios, embora, para o referido autor, considerar essa dimensão não significa ter acesso a uma realidade concreta ou imutável, já que a escala não é uma categoria fixa ou determinada. Nessa direção, cumpre apontar que Vitória da Conquista é uma cidade de médio porte com características fluidas e contingentes, que acionam, em suas práticas cotidianas, conformidades materiais e simbólicas, bem como comportamentos e ações que funcionam como referência para os diversos grupos sociais que agrega. Essas características, indiscutivelmente, a distinguem de outros territórios interioranos, inclusive das cidades de pequeno porte e de territórios rurais, bem como dos grandes centros urbanos.

Afirmar, portanto, que essa cidade se aproxima dos territórios interioranos significa considerar que a construção de escalas no âmbito territorial, além de um importante fator analítico, refere-se também a um uso político dessa noção. Conexo a esse pensamento, é possível afirmar que o território conquistense interiorano, no que se refere à dissidência sexual e de gênero, alvo da análise desse estudo, encerra saberes invisibilizados e subalternizados, a exploração de determinados grupos sociais, a distância dos centros de poder e a constante desvalorização e estigmatização desses corpos. Nesse sentido, pensar a interiorização, desde a perspectiva decolonial que aqui se adota, significa pensar as relações de poder e seus múltiplos desdobramentos “em escalas que vão do nacional ao local”. (HAESBAERT, 2021, p. 127)

A partir de então, serão apresentadas algumas características e especificidades da cidade de Vitória da Conquista, bem como alguns atravessamentos dos corpos trans nesse contexto e seus trânsitos entre limites territoriais, de corpo, gênero e sexualidade empreendidos no processo de reinvenção de si.

2.1 O território de Vitória da Conquista e os trânsitos dos corpos transfronteiriços

A região onde atualmente se situa o município foi ocupada por colonizadores, a serviço da



Coroa Portuguesa, na segunda metade do século XVIII (SOUZA, 2010), momento em que recebeu a denominação de Sertão da Ressaca. (MEDEIROS, 2001) Os indígenas que ocupavam a região foram exterminados, uma vez que eram incompatíveis com o projeto de exploração do interior e a política de povoamento instituídos pelos agentes colonizadores, interessados na criação de gado bovino.

De acordo com Souza (2010), a endogamia familiar foi uma importante marca do processo de colonização da região e seria por muito tempo responsável pelo controle não apenas das terras, como do poder econômico, político, jurídico e ideológico da cidade. Esses troncos familiares permaneceram no poder por meio dos coronéis, que gozavam de grande status pessoal, sobretudo no período de transição da nação rural para a urbano-industrial.

Desse modo, é possível afirmar que a herança coronelista marca significativamente a região, e que em Vitória da Conquista subsistem valores civilizatórios com forte rigor moralizante, marcados estruturalmente por instituições como família e religião, com vieses patriarcais, sexistas e heteronormativos, o que funciona como subsídio para o não reconhecimento de modos de vida, ideias e comportamentos que não coadunam com o modelo heterodoxo.

Desde o início do processo de colonização, a região de Vitória da Conquista sempre foi caracterizada pela transitoriedade, um local de fluxo intenso de pessoas e mercadorias. Mais tarde, em 1948, a abertura da BR-116, conhecida como Rio-Bahia, possibilitou a integração das regiões centro-sul com a região Nordeste do país e possibilitou não só o maior desenvolvimento do município de Vitória da Conquista, como também a reafirmação do município enquanto importante polo de circulação. Por esse motivo, a cidade recebe milhares de pessoas em busca de serviços especializados diariamente, sobretudo nas áreas de saúde e educação, bem como para a realização de negócios.

Com uma localização estratégica, Conquista, alcunha que recebe dos munícipes, também é cortada pela rodovia BA-262, que conecta as regiões sudeste e centro-oeste do estado, bem como a BA-415, que liga muitas cidades do estado ao litoral sul da Bahia. Por isso é considerada um polo regional, que suporta crescente migração populacional. Dentre essa crescente população migrante, estão mulheres transexuais e travestis oriundas de outros municípios de pequeno porte, não apenas de outros estados, como também de cidades circunvizinhas e de outros municípios baianos.

No que se refere à importância dessas rodovias para a circulação das trans por diversos territórios, cabe destacar o trecho da BR-116 que corta a cidade de Vitória da Conquista, um dos mais importantes corredores comerciais da cidade, por abarcar uma série de serviços relacionados ao tráfego rodoviário de grande porte. (SANTOS, 2013) Esse trecho é um território de referência



para as trans, não apenas do ponto de vista geográfico, como também cultural, econômico, social e estético. A presença de inúmeros postos de gasolina, ruas largas e estabelecimentos comerciais que só funcionam durante o dia são fatores que contribuem sobremaneira para a prática da prostituição e outras relações de sociabilidade das transexuais e travestis nesse trecho da rodovia que corta a cidade.

A BR-116, com a finalização do intenso comércio e do trânsito de automóveis e pessoas que vigoram durante o dia, se transforma em território heterotópico, onde os corpos trans deixam em suspenso a cisheteronorma prevalente diuturnamente. Contudo, muito embora no espaço público caminhem diversas pessoas, independentemente de como elas performam o gênero, existem formas de se vivenciar o gênero que continuam irreconhecíveis, por estarem desafiando a norma imposta para se pensar a corporeidade, e até mesmo o que pode ser considerado humano (BUTLER, 2016), como ocorre com as travestis e mulheres transexuais.

Além da segregação socioespacial cisheterossexista que experienciam em alguns espaços da cidade, muitas interlocutoras desta pesquisa foram capazes de encontrar novas referências e estabelecer outros sentidos nos diversos trânsitos e interações entre seus corpos e esse espaço constantemente ressignificado. Essa reapropriação subverte, de algum modo, as imposições funcionais, econômicas, materiais e ambientais instituídas das forças estruturantes institucionais, bem como das políticas de reurbanização territorial.

Para boa parte das trans que participaram deste estudo, Vitória da Conquista traz maiores oportunidades, dentre outros fatores, por se configurar como um território estratégico para o fluxo migratório. Portanto, mesmo estando cômicas das fronteiras bem delimitadas das normativas de gênero e sexualidade, não prescindem da possibilidade de se locomoverem por diversos territórios em busca da efetivação dos projetos de reinvenção de si, sejam eles o acesso às tecnologias de reconstrução corporal, a fuga dos moralismos ou mesmo a possibilidade de experienciar o gênero, o corpo, desejo e a sexualidade de diversas outras maneiras.

Acredita-se, dessa forma, que existem tantos territórios quantas forem as possibilidades de ressignificação, semiotização e de processos subjetivos que possam criar territórios enunciativos, que não se circunscrevem necessariamente a significantes estruturais. O que está em jogo contemporaneamente, em função da velocidade vertiginosa das transformações sociais, mais do que os aspectos estruturais e tecnocráticos, são os estéticos, políticos e éticos dos territórios. (GUATTARI, 2012) Torna-se, assim, indispensável ressignificar a finalidade das atividades humanas para além dos automatismos e investir na compreensão dos territórios enquanto campo de experimentação incessante.



Com base no que foi exposto, e diante da contínua desterritorialização imposta pelo modelo capitalista contemporâneo, viver na fronteira pode estar relacionado à expropriação, à transposição, como também ao usufruto desse lugar. (HAESBAERT, 2004) Nessa direção, é possível afirmar que os corpos trans conquistenses habitam a fronteira e que viver nesse limite pode significar promover deslocamentos constantes, constituir relações fluidas e ressignificar as territorialidades já conhecidas. Como desdobramento, esses corpos colocam novas questões e exigem novos posicionamentos sociais, culturais e políticos, assim como favorecem a emergência de saberes mais localizados.

Ao considerar que a transitoriedade é uma condição precípua de uma existência expandida, é importante notar que o trânsito das trans não diz respeito unicamente aos deslocamentos geográficos compulsórios que algumas delas fizeram para conseguir sobreviver aos contextos violentos, embora a migração seja um aspecto relevante nas memórias do processo de reinvenção de si de muitas travestis e mulheres transexuais, a exemplo do trânsito compulsório de Tieta, interlocutora desse estudo, que em função de experiências de exclusão e exploração veio para a Bahia.

No que tange mais especificamente às fronteiras de gênero e sexualidade, por estas estarem inseridas em uma sociedade que institui referências socialmente validadas sobre os modos de ser da feminilidade e da masculinidade, as mulheres transexuais e travestis também se articulam nesses territórios em busca de pertencimento social, mas, de igual maneira, anunciam as incontáveis possibilidades de negociações entre o masculino e o feminino que extrapolam essas adequações normativas, denunciando a arbitrariedade dos saberes instituídos e proclamando o sexo e o gênero como tecnologias, portanto manufaturáveis. Assim, elas “não são aberrações incompreensíveis e sem identidade, mas seres tão construídos quanto qualquer um de nós, que cotidianamente marcamos em nossos corpos um gênero, um pertencimento de classe, uma identidade étnica”. (PELÚCIO, 2005, p. 107)

Mesmo diante da viabilidade de transitar por diversos territórios e de transpor limites e fronteiras, as trans mais velhas⁵ que participaram deste estudo, incluindo Tieta, afirmam que querem continuar morando em Vitória da Conquista, o que aponta o aspecto geracional como um importante marcador para a composição de territorialidades a partir de uma complexidade de aspectos: econômicos, técnicos, políticos e desejantes. Assim apresentam a possibilidade de fixação em uma cidade de médio porte que, ao mesmo tempo que propicia maior acesso a bens

5 Neste trabalho, a questão geracional aparece como um importante marcador social. Classifica-se, pois, como ‘as trans mais velhas’ as interlocutoras que começaram o processo de (re)construção corporal na década de 1990 com mais de 30 anos de idade.



e serviços, também viabiliza a vivência do gênero e da sexualidade a partir da composição de territórios éticos e estéticos variados.

Durante a realização deste estudo, foi possível constatar que a memória colonial e do coronelismo se prolonga até os dias atuais nesse território interiorano por meio de repertórios, discursos e convenções que se esforçam para gerenciar vidas e moldar mentalidades, produzindo, conseqüentemente, desmantelamentos das relações sociais, traumas e apagamentos das memórias de grupos considerados excluídos e subalternizados. No entanto, a partir desse ponto, serão apresentadas algumas práticas, compreendidas como uma tomada de posição ética das trans, em que elas estão sendo capazes de reinventar novas formas do viver em comum em direção a produção de vínculos político-comunitários, bem como de outras sociabilidades, sensibilidades e amizades, mesmo em contextos áridos e desfavoráveis.

A articulação de um território comum ao corpo trans traz a noção de que este, considerado abjeto e monstruoso alhures, pode encontrar a possibilidade de um pertencimento social (BUTLER, 2018), que pode fortalecer a aquisição da autonomia, e a tomar para si o poder de transformação. Nesse sentido, as travestis e mulheres transexuais são investidas desse ‘vir a ser’, uma vez que se despontam para inúmeras composições de possibilidades quanto ao gênero e à sexualidade, dentre muitos outros trânsitos possíveis entre múltiplas fronteiras. A seguir, serão evocados trânsitos por territórios que remetem a aspectos singularizantes, fluidos e errantes do percurso de Tieta durante o período da pandemia de Covid-19, por meio da articulação de práticas cotidianas de enfrentamentos que aqui são reconhecidas como insurgências criativas.

3 Estratégias de insurgência dos corpos trans interioranos no período pandêmico

As lembranças de Tieta sobre como veio morar em Vitória da Conquista apresentam situações marcantes da passagem de sua infância para a vida adulta. Ela narra que vivia com sua família em uma cidade pequena no interior de outro estado do Nordeste e que lá começou a sofrer abuso sexual do pároco da cidade. Quando a família tomou conhecimento do caso, colocou-a para fora de casa e, aos dez anos de idade, com a ajuda do padre que queria vê-la distante, Tieta foi trabalhar com a prostituição em um ‘cabaré’⁶ de uma cidade vizinha. Lá, ela era explorada pela dona do estabelecimento que, além de obrigá-la a ter relações sexuais com homens mais velhos, a estimulava a roubar os clientes.

Pouco tempo depois, Tieta tomou coragem e fugiu dessa realidade extremamente violenta a que era submetida, em um processo de migração compulsória. Pedindo carona aos caminhoneiros

⁶ Termo utilizado por ela para se referir a um prostíbulo.



pelas rodovias que atravessam o Nordeste do país, chegou à cidade de Vitória da Conquista ainda na adolescência. Permaneceu no município por um período e logo em seguida, movida por sua inquietude, foi ‘fazer vida’ em São Paulo. Passados alguns anos, ela retorna para Vitória da Conquista, onde reside há mais de 20 anos.

Depois de experienciar a vida como travesti e prostituta em diversos territórios, inclusive em um grande centro urbano, Tieta retorna para Vitória da Conquista, lugar em que afirma gostar de viver e onde pretende morar pelo resto de sua vida – especialmente por ter muitos amigos e pela oportunidade de ter uma casa própria nessa cidade. Dona de uma vivacidade impressionante, ela mostra, a partir das suas risadas e do seu bom humor, a possibilidade de reinventar, nas fissuras do projeto colonial capitalista que insiste em apagar sua existência, uma vida singular e cheia de adversidades, bem como de alegrias. Ela narra, por exemplo, com muito despojamento, suas primeiras relações de abuso sexual com o pároco de sua cidade natal, afirmando com deboche: “meu cu já é benzido, querida”!

Com 40 e poucos anos de idade, foi uma das interlocutoras mais velhas da pesquisa realizada e a que tem mais tempo de trabalho com a prostituição. Rememorou, em seus relatos, o uso de algumas técnicas utilizadas para a modificação do seu corpo, tais como o uso de hormônios, aos quais não conseguiu se adaptar. Em função disso, teve que recorrer à aplicação de silicone industrial, realizada quando morava em São Paulo, pois na época (década de 1990) não existiam pessoas que fizessem esse tipo de procedimento em Vitória da Conquista.

No momento em que participou do estudo, Tieta parecia estabelecer um bom trânsito entre as mulheres transexuais e travestis da cidade, tanto com as mais novas, como com as mais velhas, tanto entre as que praticam a prostituição, como entre aquelas que têm outras ocupações. Embora receba uma aposentadoria, estabelecida desde antes da pandemia de covid-19, às vezes ela ainda ia para a pista fazer programas. Em decorrência dessa sua inserção em múltiplos territórios, Tieta também tem possibilitado maior visibilidade às pessoas trans na cidade, por meio de participações em diversos espaços e eventos em que ela traz a público um pouco da realidade das mulheres transexuais e travestis conquistenses e nos quais, de modo contundente e sempre bem humorado, denuncia as violências que marcam a corporalidade trans na região.

Ao levar em consideração que a performatividade do gênero é sempre uma negociação com o poder, as estratégias de Tieta para impulsionar a maior visibilidade das pessoas trans significam, também, encorajar outras pessoas a assumirem possíveis deslocamentos quanto aos regimes políticos de homogeneização sexual, bem como a questionarem a construção ficcional da materialidade do corpo, do sexo, do prazer e do desejo. Esses deslocamentos, segundo Butler



(2018), podem ser considerados como uma rejeição coletiva da precariedade de corpos que travam cotidianamente lutas corporais pelo reconhecimento e valorização de suas existências nos espaços públicos.

Nesse sentido, a partir desse ponto, serão apresentadas algumas das táticas de insurgência traçadas por meio de mobilizações coletivas de pessoas trans em Conquista, especialmente as capitaneadas por Tieta diante do agravamento das situações de pobreza e de vulnerabilidade às quais algumas delas estavam expostas durante o período da pandemia de covid-19.

Aqui cabe abrir um parêntese para falar sobre o contexto pandêmico de uma doença infecciosa ocasionada pelo novo coronavírus, que chegou ao Brasil no início de 2020 e que o governo federal declarou, em fevereiro do mesmo ano, como emergência em saúde pública de importância nacional. Posteriormente, em março de 2020, foi decretado o estado de calamidade pública. Para conter o avanço da covid-19, uma nova realidade social se instalou, com a efetivação do isolamento social e o fechamento temporário dos estabelecimentos comerciais e dos espaços públicos. O confinamento passou, assim, a fazer parte do cotidiano e evoca as memórias de corpos já densamente enclausurados por técnicas de controle social e pelas fronteiras bem delimitadas de gênero e sexualidade, que há tempos restringem sua mobilidade em inúmeros territórios. O mundo sofreu grandes impactos dessa estratégia, já que o isolamento e distanciamento necessários para o enfrentamento da propagação do vírus aumentaram o sentimento de solidão e a ansiedade, além de consequências na vida social e psíquica das pessoas.

No território brasileiro, constatou-se certa indiferença do poder público diante de números assombrosos que, nos primeiros meses de 2021, se aproximaram de 4 mil mortes diárias. Nesse contexto, a pandemia teve um grande impacto não apenas na saúde pública, pois já existia uma crise econômica e política instaurada, que se expandiu com a disseminação do novo vírus em todo o país e evidenciou ainda mais a vulnerabilidade sistêmica a que estão expostos diversos grupos populacionais (MIRANDA; GRANGEÃO; MONTENEGRO, 2020) – pessoas pobres, trabalhadores assalariados, grupos indígenas – e dentre eles pessoas sexo-gênero dissidentes.

Frente ao cenário da pandemia de covid-19 e como resposta à crise instalada em diversos países, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos convocou os Estados a atender, em caráter de emergência, as demandas da população LGBT, sobretudo no que concerne ao direito à saúde, à equidade e à não discriminação (KAUSS et al., 2021).

Todavia, no Brasil, diante de um governo eleito por efeito de pautas conservadoras e anti-LGBTs, que deprecia especialmente pessoas trans, o que se presencia é um recrudescimento da hostilidade direcionada às dissidências sexuais e de gênero. O governo do presidente Jair Bolsonaro,



eleito em 2018, apresenta uma gestão autocrática, cujo desdobramento não só interrompe os avanços da política sexual, como também causa retrocessos de conquistas emancipatórias referentes ao gênero e à sexualidade. Esses posicionamentos reiteram uma disputa política sobre gênero e sexualidade no Brasil, bem como evidenciam uma estrutura necrogovernamental (REIS, 2020) que, no decurso da pandemia, reforça as vulnerabilidades a que estão historicamente expostas as pessoas sexo-gênero dissidentes no país.

Em uma perspectiva local, também foi possível observar a omissão estatal com essa população durante o período da pandemia. Dentre outras omissões, destaca-se a ausência da Coordenação LGBT da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista quanto ao acolhimento institucional e sua desarticulação diante das políticas de proteção social à população trans durante a pandemia. Notou-se um nítido desinteresse em resolver, ou mesmo diminuir, as desigualdades sociais e as vulnerabilidades vivenciadas pelas trans no município, diante da falta de implementação de medidas assistenciais concretas direcionadas a esse público.

3.1 Tieta: devir ativista e investimentos de singularização na composição de territórios comuns

Nesse estudo, foi perceptível a reinvenção insurgente dos corpos trans conquistenses, por meio de experiências singulares e coletivas, manifestadas pela articulação de um território comum. Esse território, por sua vez, aponta para a perspectiva de pertencimento social com vista a fortalecer a aquisição da autonomia das trans que tomaram para si o poder de transformação em meio ao atravessamento da pandemia de Covid-19. Nessa direção, pretende-se, sob um determinado ponto de vista, evidenciar articulações cruciais, realizadas entre os anos de 2020 e 2021, para dar suporte às pessoas trans nesse contexto, sobretudo nos primeiros anos dessa pandemia.

Em Vitória da Conquista, especificamente, foi possível observar novas formas de ativismo entre as trans, expressas por ações concretas realizadas para atenuar os efeitos nefastos da crise sanitária, social e política que permearam esse momento. Esse ativismo não partiu de análises pormenorizadas de demandas e ações pré-estabelecidas, mas de situações emergenciais que foram constatadas informalmente pelas próprias trans e que, a partir disso, foram articuladas a partir de campanhas solidárias de arrecadação de fundos para pessoas trans em situação de vulnerabilidade e extrema pobreza. Essa articulação contou com o apoio de algumas trans, grupos sociais, pesquisadoras(es), lideranças político-partidárias e sociedade civil. Nesse cenário, se destaca o ativismo de Tieta junto aos seus pares, na construção de outras narrativas e novas territorialidades no enfrentamento da pandemia de Covid-19.



Para fazer uma breve contextualização, vale lembrar que Tieta goza de uma aposentadoria, mas que, antes do período pandêmico, ela ainda contava com o trabalho com a prostituição para complementar sua renda. O recebimento desse benefício, portanto, permitiu a ela cumprir o isolamento social durante o estado de emergência. A partir dessa realidade, ela entendeu que muitas mulheres travestis pobres que trabalham na pista e que tinham a prostituição como única fonte de renda, não possuíam o mesmo privilégio e que estavam passando por dificuldades financeiras, de modo que se encontravam ainda mais vulneráveis. Desse modo, a partir da reflexão sobre sua forma de vida, ela resolveu ajudar essas meninas, conduzindo sua existência de modo diferente da condição anterior, e territorializando-se em um lugar considerado aqui como o de uma travesti ativista.

Nesse particular, compreende-se que Tieta, diante do poder de refletir sobre suas formas de vida, assume uma responsabilidade ética na trama relacional em que se envolve, cujo desdobramento torna-se coletivo. Inicialmente, ela mapeou – de modo informal, a partir de sua vivência cotidiana e de seu amplo trânsito entre o público trans local – as mulheres transexuais e travestis de Vitória da Conquista que se encontravam em situação precária de sobrevivência, sobretudo em função da eliminação de suas fontes de renda. A partir disso, ela deu início a uma campanha de arrecadação de fundos com vistas a suprir temporariamente as demandas de alimentação e higiene pessoal das trans mais vulnerabilizadas.

Conforme observado, ela contou com um suporte comunitário para a realização dessas campanhas. Inicialmente ela recorreu a grupos de pesquisadoras(es) ligadas(os) às universidades locais, com os quais também tinha um bom trânsito, que contribuíram com a confecção de cartazes para a captação de recursos. Esses cartazes foram difundidos por meio das redes sociais, mas Tieta também contou com a ajuda desses(as) pesquisadores(as) para aumentar o alcance da campanha, com sua divulgação ampla e massiva. Somado a isso, ela articulou algumas trans para que a auxiliassem na compra dos insumos e na distribuição direta na casa das pessoas mais vulnerabilizadas.

Tieta registrou todas essas experiências por meio de fotos que divulgou em suas redes sociais, a fim alcançar maior visibilidade, bem como enquanto uma forma de publicizar o destino da verba arrecadada. Como consequência, outros atores sociais passaram a contribuir com essas campanhas, a exemplo da polícia militar do município, que protagonizou uma ação de distribuição de cestas básicas junto às famílias dessas mulheres transexuais e travestis e que também contou com a articulação de Tieta para direcionar essa ação. Também, esteve envolvido em ações semelhantes, um vereador da cidade que, assim que tomou conhecimento das campanhas de Tieta,



articulou a doação de insumos para serem distribuídos para as trans mais vulnerabilizadas que foram igualmente indicadas por ela.

Aqui, cabe destacar, nas memórias das articulações coletivas das trans conquistenses, o trajeto histórico do *Coletivo Finas*, o único coletivo da cidade formado apenas por mulheres transexuais e travestis, que foi idealizado e presidido, inicialmente, pela ativista travesti Raphaela Santos, assassinada em Vitória da Conquista em novembro de 2018. Em função do grande impacto causado pela morte de Raphaela, desde então o Coletivo estava desarticulado. A partir das mobilizações que protagonizou diante da pandemia de covid-19, Tieta, que era vice-presidente do grupo desde sua fundação, assumiu o cargo de presidente, a partir do qual mobilizou inúmeras forças para construir estratégias que possibilitassem novos modos de vida em conjunto.

A lembrança do seu papel no *Coletivo Finas* foi capaz de orientar suas ações no território, diante do contexto da crise sanitária, e permitiu que ela, ao tomar consciência de sua condição estratégica, pudesse auxiliar seus pares, outras meninas⁷ travestis e transexuais, não apenas aquelas que trabalhavam com prostituição, mas as que ela identificou estarem em situação de vulnerabilidade e pobreza.

Nesse caso, a partir das articulações realizadas por Tieta, pautadas na capacidade de reflexão sobre si, nas experiências sociais e culturais, nos agenciamentos das relações de poder e diante da noção de seu pertencimento a um grupo, é possível considerar o corpo trans – em sua condição individual e coletiva – como território. Nesse sentido, o corpo torna-se espaço central na decolonização, por meio da repolitização do cotidiano (HAESBAERT, 2021), que parte do questionamento das diversificadas formas de assujeitamento e busca sua autonomização, ao tempo em que reivindica outras possibilidades de existência.

Os desafios colocados pela pandemia da Covid-19 serviram, em certo sentido, para avivar a força e o sentimento coletivo de luta das pessoas trans, que têm uma história de resistência anterior a esse período, em que se observou a ativação de outros modos de ativismo. Assim, Tieta não esperou que as instituições se mobilizassem para auxiliar suas irmãs – termo que às vezes utiliza para se referir às mulheres transexuais e travestis com as quais compartilha o sentimento de pertencimento social. Entretanto, por meio de escolhas ético-políticas e do deslocamento da noção de sujeito de direito e das rígidas identidades sociais, foi capaz de ativar o potencial criativo das trans para autonomizarem-se em relação às prerrogativas institucionais (DUARTE; CÉSAR, 2012) e empreenderem a transformação das experiências mais imediatas, utilizando-se de saberes pautados na diversidade e nas possibilidades existentes no cotidiano.

7 Termo utilizado por elas para se referirem às outras mulheres transexuais e travestis com as quais compõem territorialidades em que se sentem pertencentes e reconhecíveis entre si.



Até mesmo porque, sabe-se que existe uma série de investidas contra os corpos trans, o ‘necropoder trans’ (CARAVACA-MORERA; PADILHA, 2018), como uma violência estrutural e sistêmica, em grande parte alicerçada pela heteronormatividade, racismo, patrimonialismo e pelas especificidades do capitalismo periférico (SOUZA, 2003), que remete as experiências trans à precariedade. Ou seja, consideram essas vidas precárias, portanto, passíveis de serem humilhadas e expostas à morte, ao terror e à segregação.

No entanto, Tieta, mesmo reconhecendo a violência direcionada aos corpos trans no contexto em que vive, e assistindo ao escancaramento das desigualdades sociais e ao aumento da pobreza entre as trans de Vitória da Conquista no período da pandemia de Covid-19, foi capaz de reapropriar-se de si, articular forças coletivas e contornar as barreiras impostas à existência dos corpos trans nesse território interiorano.

4 Considerações finais

Ao longo desse trabalho, considerou-se que os corpos trans interioranos reinventam-se a partir da ressignificação de múltiplas territorialidades desde sua existência fronteiriça e a potência da sua força disruptiva. Notou-se que esses corpos trans, em constante movimento, e, de modo subversivo, borram os limites do gênero e da sexualidade e compõem territorialidades dissidentes, utilizando-se de saberes locais e dos conhecimentos da cultura trans presente em suas trajetórias em busca de sua autonomização. Desse modo, a partir do contexto de extrema vulnerabilidade e pobreza a que estiveram expostas muitas mulheres transsexuais e travestis em Vitória da Conquista (BA), durante a pandemia de Covid-19, foi possível observar algumas táticas de insurgência capitaneadas pelo ativismo da travesti Tieta, que refletiu sobre si, sobre seu grupo e sobre a realidade e, por meio da reapropriação – política, artística, ética – das forças coletivas de criação e cooperação, convocou o desejo de agir contra o empreendimento político do capitalismo contemporâneo que torna suas vidas precárias e contras as investidas individualizantes e neocoloniais que assediam seus corpos.

Assim, foi possível constatar que esses corpos trans constroem novos modos de existência, novos saberes, novas relações afetivas e de amizade, não apenas se espelhando nas referências advindas dos grandes centros, mas compondo incansáveis estratégias de enfrentamento singularmente refinadas. Isso não significa, absolutamente, que as trans não se vinculam a outros saberes e instituições, mas que em parceria com agentes que detêm aspirações em comum, são capazes de promover disputas e subversões. Para tanto, costumam discernir com quais saberes e instituições devem se pactuar, para que não sejam capturadas e que possam usufruir desses



espaços para dar mais visibilidade às suas lutas, sem se dobrar aos estreitos saberes e instituições normativas que buscam subalternizar e silenciar suas existências.

Tendo em vista os aspectos observados, Tieta interpõe-se como uma travesti ativista, que articula táticas de resistência e cria territorialidades em rede (HAESBAERT, 2021), priorizando as instâncias coletivas e comunitárias. Além disso, expressa, a partir da reinvenção do corpo e dos territórios, as inúmeras formas de opressões, exclusões e silenciamentos dos corpos sexo-gênero dissidentes, assim como as inúmeras possibilidades de acionar conhecimentos e práticas para contornar e insurgir à colonialidade.

Diante dessa realidade, como desdobramento das campanhas realizadas no período pandêmico, Tieta passa a articular um conjunto de pessoas trans, outras pessoas LGBT, pesquisadoras(es) e pessoas afinadas com as questões que atravessam a transexualidade e a travestilidade no município, para lhe auxiliar na proposição de novas pautas e novas dinâmicas coletivas para dar prosseguimento às ações desse grupo. Notou-se, contudo, que as ações do Coletivo, bem como as articulações de Tieta, foram gradativamente perdendo força e não tiveram continuidade.

Embora haja o reconhecimento da importância da continuidade de ações ativistas e de mobilização comunitária entre as trans conquistenses, de modo que possam reinventar suas corporalidades e territorialidades, é possível afirmar que essas ações e mobilizações realizadas durante a pandemia não devem ser, de modo algum, desconsideradas enquanto força disruptiva em função da sua interrupção.

Ao contrário, acredita-se que a força dessas ações, consideradas aqui como táticas de insurgência, reside na possibilidade de sua existência, mesmo que circunscrita a um determinado tempo-espaço, deslocando-se das instituições formais, das normativas, dos códigos e das prescrições. Trata-se de uma organização em torno de pautas específicas, que surgem através de práticas cotidianas, de dimensões criativas e participativas e da produção de vínculos políticos, comunitários e afetivos.

Nessa direção, pode-se afirmar que, comprometidas com seus processos de transformação corporais-estético-existenciais, as pessoas trans interioranas, por meio da repolitização do cotidiano, lutam para expressar as forças que as singularizam e constroem legitimamente uma ética que prioriza a reinvenção de territorialidades que tornam possíveis seus projetos de autonomização e reconhecimento, por meio de novas sociabilidades e subjetividades desejanças, libertárias e disruptivas.



Referências

- AZEVEDO, P. C.; PEREIRA, E. D. “Cidade pequena não dá pra travesti, é só fumo”: performatização da identidade travesti e o contexto urbano mossoroense. *Ponto Urbe: Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, São Paulo*, n. 26, p. 1-21, 2020.
- BUTLER, J. Desdiagnosticando o gênero. *Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro*, v. 19, n. 1, p. 95-126, 2009.
- BUTLER, J. Corpos que ainda importam. In: COLLING, L. (org.). *Dissidências sexuais e de gênero*. Salvador: Edufba, 2016. p. 19-42.
- BUTLER, J. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- BUTLER, J. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2018.
- CARAVACA-MORERA, J. A.; PADILHA, M. I. Necropolítica trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade. *Texto & Contexto-Enfermagem*, [s. l.], v. 27, n. 2, p. 1-10, 2018.
- MIRANDA, M. H. G.; GRANGEÃO, F. N.; MONTENEGRO, F. F. P. A.. A Pandemia do Covid-19 e o descortinamento das vulnerabilidades da população LGBTQI+ brasileira. *Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade, São Luís*, v. 6, n. 2, p. 102-119, 2020.
- DUARTE, A.; CÉSAR, M. R. A. Estética da existência como política da vida em comum: Foucault e o conceito de comunidades plurais. *O que nos faz pensar, Gávea*, v. 21, n. 31, p. 153-173, 2012.
- FRANCO, N.; SALVADOR, N. R. C. “TODO MUNDO TÁ SEMPRE TOMANDO CONTA DA VIDA DOS OUTROS”: vivências e trajetórias LGBTQIA+ em contextos interioranos. *Revista Debates Insubmissos, Recife*, v. 3, n. 9, p. 253-282, 2020.
- GONTIJO, F. As experiências da diversidade sexual e de gênero no interior da Amazônia: apontamentos para estudos nas ciências sociais. *Ciência e Cultura, São Paulo*, v. 69, n. 1, p. 50-53, 2017.
- GUATTARI, F. *Caosmose*. São Paulo: Editora 34, 2012.
- GUSMÃO, R. A força performativa do espaço: rasurando regimes de visibilidade. *Revista Periódicus, Salvador*, v. 1, n. 17, p. 140-162, 2022.
- HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES, 1., 2004, Porto alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.
- HAESBAERT, R. *Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s) colonial na “América Latina”*. Buenos Aires: Clacso; 2021.
- KAUSS, B. *et al.* “Semente para Luta”: ativismos, direito à saúde e enfrentamentos de pessoas LGBTI na pandemia da covid-19. *Saúde e Sociedade, São Paulo*, v. 30, n. 3, p. 1-11, 2021.
- MAGNO, L.; DOURADO, I.; SILVA, L. A. V. Estigma e resistência entre travestis e mulheres transexuais em Salvador, Bahia, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro*, v. 34, n. 5, p. 1-12, 2018.
- MEDEIROS, R. H. A. A idéia de Conquista e o Sertão da Ressaca. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA [SALVADOR 450 ANOS], 4., 1999, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2001. p. 285.



MIGUEL, L. H. *Gerações travestis: corpo, subjetividade e geracionalidade entre travestis do interior de São Paulo*. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

PELÚCIO, L. “Toda quebrada na plástica”: corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistas. *Campos*, Curitiba, v. 6, n. 1-2, p. 97-112, 2005.

PEREIRA, P. P. Queer nos trópicos. *Contemporânea*, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 371-394, 2012.

REIS, D. *Pensamentos pós-coroniais*. São Paulo: N-1 edições, 2020.

ROLNIK, S. *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: N-1 edições, 2018.

SILVA, M. R. Revolução antropofágica – devir, transexualidade, negritude e política de subjetivação na academia. In: JESUS, D. M.. *Corpos transgressores: políticas de resistências*. Campinas: Pontes Editores, 2018. p. 123-150.

SANTOS, R. S. *A construção das cidades no Brasil: capital, poder público, população e a produção do espaço urbano em Vitória da Conquista (1940-2010)*. 2013. 384 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universitat de Barcelona, Barcelona, 2013.

SOUZA, B. J. *Uma polis sertaneja, fora do eixo e fora do centro: imprensa e memória nas disputas políticas em Vitória da Conquista (1962-1992)*. 2010. 288 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SOUZA, J. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

